

**QUEM DISSE QUE NÃO HAVIA ALTERNATIVA? OUTRO
MUNDO É POSSÍVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA LUTA
ANTICAPITALISTA DO MOVIMENTO ZAPATISTA E DO MTST**

Renan Dias Oliveira ¹

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho ²

1- Unicamp/EHESS, e-mail: renandoliveira@yahoo.com.br

2- UFSCar, e-mail: mambofilho@gmail.com

Resumo

No início dos anos 1980 a primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, anunciou que “não havia alternativa”, e no final desta mesma década o intelectual estadunidense Francis Fukuyama decretou o “fim da história”. Tais alegações, proferidas num contexto de colapso da União Soviética e avanço do neoliberalismo a nível global, buscaram imprimir uma narrativa de vitória absoluta do capitalismo em detrimento de outras formas de organização da vida. Não obstante, no decênio subsequente vieram à tona dois movimentos sociais na América Latina que, além de buscarem mostrar na prática, com ações, que outro mundo é possível, tornaram-se referência como novas formas de organização e de lutas anticapitalista no alvorecer do século XXI. O movimento mexicano zapatista, que veio a público em 1994, e o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto (MTST), fundado em 1997 no Brasil, surgiram e foram forjados na América Latina, num contexto de reestruturação do sistema capitalista com avanço das políticas neoliberais, por sujeitos sociais que foram historicamente invisibilizados ou esquecidos pela teoria crítica moderna. Isso posto, o intuito deste trabalho é o de promover uma análise comparativa acerca da luta anticapitalista destes dois movimentos sociais por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e exame das publicações divulgadas pelos próprios movimentos ao longo de suas histórias, de modo a contribuir com o debate teórico em torno da temática dos novos movimentos sociais. Percebe-se que as formas de ação coletiva dos dois movimentos foram marcadamente inovadoras no nascer do contexto neoliberal na América Latina. Em realidades nas quais formas tradicionais de atuação política começavam a mostrar seu enfraquecimento, tanto o zapatismo quanto o MTST mostravam que o enfrentamento ao neoliberalismo daria a tônica das lutas populares no século XXI no continente.

Palavras-chave: Movimento social; zapatismo, MTST, neoliberalismo.

Introdução

Ainda que o grupo fundador tenha sido formado no início da década de 1980, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)¹ veio a público somente no primeiro dia de janeiro de 1994, data na qual entraria em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), quando um grupo de pessoas encapuzadas e armadas, na sua grande totalidade indígenas, ocupou sete municípios do estado de Chiapas, estado localizado ao sul do México.

Desde o início o EZLN se posicionou como força beligerante e lançou um chamado ao povo mexicano convocando-o a apoiar sua luta. A atuação do Exército Zapatista foi no sentido de firmar o não reconhecimento do governo, a descrença em relação ao modelo de política vigente de base patidária-eleitoral e de se colocar – com base no lema “um mundo onde caibam muitos mundos” – enquanto um dentre os diversos atores da sociedade civil que irá lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, na construção de um modelo de nação no qual a democracia, a liberdade e a justiça sejam princípios fundamentais de toda ação política.

Neste sentido, a agenda proposta no momento de sua aparição já coloca elementos que influenciarão outros movimentos sociais latino-americanos nas décadas posteriores. Conforme aponta Pedro Henrique Falco Ortiz (2005) as ações políticas do EZLN estão sustentadas numa concepção de democracia que parte da experiência das comunidades indígenas e projeta-se à nível nacional, “são originais em seus métodos e objetivos, e insistem na participação da sociedade civil em um projeto maior de mudanças, onde eles seriam mais um ator, não os únicos protagonistas” (p.178). De acordo com o autor:

Na prática política zapatista convergem a cosmovisão das comunidades indígenas de origem maia, que são suas bases de apoio civis, com seu histórico de resistência; a organização e as formas de luta dos camponeses mexicanos; o pensamento teórico renovado de uma esquerda democrática, não dogmática e a participação cidadã da chamada sociedade civil, que luta por transformações radicais pela via pacífica. Os zapatistas são, ao mesmo tempo, um grupo armado com amplas bases sociais e um movimento popular que contesta as concepções tradicionais da política. Um movimento armado que não pretende a tomada do poder, mas sim um diálogo permanente com a sociedade civil, que possibilite um movimento maior pelas transformações sociais (p.178).

Uma das perspectivas e agendas mais duradouras do EZLN foi a construção dos municípios autônomos pelas comunidades zapatistas, que demarca a perspectiva de

crítica ao modelo de Estado e de democracia representativa, assim como aponta para a construção de alternativas políticas que não passam pela tomada do poder do Estado. Este processo teve início após a tomada de algumas cidades pelo EZLN, paralelamente ao processo de independência dos poderes “oficiais”. Foi para organizar o território já controlado pelo exército zapatista que criaram-se os municípios autônomos (Major Insurgente de Infantaria Moisés apud Ornelas, 2005).

A base do movimento zapatista são comunidades indígenas constituídas por povos originários de ascendência Maia (sobretudo as etnias *Tzotzil*, *Tojolabal*, *Tzeltal*, *Chol*, *Mam* e *Zoque*), enquanto que o exército zapatista representa seu braço armado e a faceta mais visível, aquela que mantém constantes diálogos com a sociedade civil mexicana e internacional. Tal como qualquer exército regular, o EZLN tem organização hierarquizada, no entanto, seus principais dirigentes, como é o caso de Marcos e Moisés, por exemplo, são subcomandantes, pois os comandantes são civis eleitos em suas comunidades.

O movimento zapatista, que desde seus primórdios vem tentando construir de forma coletiva e democraticamente um governo autogestionário, com base territorial e direcionado conforme os desejos e as características de suas comunidades, tem também concomitantemente atuado na perspectiva de se somar à luta internacional contra a “Hidra Capitalista”, declarando apoio às lutas de todos os povos e classes oprimidas ao redor do mundo, pelo direito à autonomia e auto-organização das mais diversas tendências. Como aponta Wallerstein (2014), os zapatistas enfatizaram isso ao convocar, dois anos após a insurreição, o Primeiro Encontro Intergaláctico pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, depois do qual se seguiram muitos outros, também passando pelas edições da *Escuelita Zapatista*, com a primeira edição em 2013, e, mais recentemente, com a expedição da “desconquista” empreendida em 2021, quando delegações zapatistas viajaram à Europa, 500 anos depois da chegada dos primeiros espanhóis ao México, para se encontrar com pessoas mobilizadas em diferentes tipos de resistência, abaixo e à esquerda, contra o capitalismo.

Dentre os textos produzidos pelo movimento que abordam o capitalismo, o da Sexta Declaração da Selva Lacandona¹ é um dos mais interessantes. Divulgado em 30 de junho de 2005, este texto é especialmente importante, pois define as linhas gerais de atuação do movimento até os dias atuais. Ele está organizado em seis partes, e na terceira (“De como vemos o mundo”) é apresentada sua interpretação em relação ao sistema capitalista.

A definição exposta pelo movimento segue a linha do materialismo histórico, caracterizando o capitalismo como um sistema social sustentado na exploração do trabalho e na produção de mercadorias, dividido entre aqueles que se apropriam das riquezas natural e social, e que portanto mandam, e aqueles que nada possuem a não ser sua força e seus conhecimentos para trabalhar. A explicação dos zapatistas tem o mérito de conseguir traduzir toda a complexidade que conforma o sistema capitalista de maneira simples e resumida.

Sobre a fase atual, dizem que por meio da globalização neoliberal os capitalistas já não mais dominam os trabalhadores em somente um determinado país, mas tratam de dominar tudo em todo o mundo. O neoliberalismo é a ideia de que o capitalismo está livre para dominar o mundo todo e fazer o que quiser; ele tem seus planos econômicos, políticos, militares e culturais, e todos esses planos culminam no objetivo de dominar todo mundo, e as pessoas que não obedecem são reprimidas ou apartadas para não passar suas ideias rebeldes adiante. A ideia do neoliberalismo como guerra mundial é retomada (nota “x”), destacando-se o propósito de eliminar seus inimigos, isto é, aqueles que pensam diferente, para construir uma única nação ou país, que é “o país do capital”.

Partindo do fato de que a dominação do capital ocorre em âmbito mundial, sendo que o México é governado pelo neoliberalismo tanto quanto os demais países, e que as resistências espalhadas pelo mundo, por mais diversas que possam ser, possuem um inimigo em comum, os zapatistas lançaram a Sexta Declaração para divulgar seus planos de luta contra o neoliberalismo a favor da humanidade em nível local, nacional e internacional, cientes de que só haverá chance de sucesso com a união de todas as resistências desde “abaixo e à esquerda”.

O seminário “O pensamento crítico frente à Hidra Capitalista”, que aconteceu no início de maio de 2015, foi uma das iniciativas promovidas pelo movimento zapatista no contexto da Sexta Declaração para tentar articular diferentes perspectivas para estudar o capitalismo e buscar formas de combatê-lo. Nesse mesmo sentido também foi organizado o seminário “Os muros do capital, as rachaduras da esquerda” em abril de 2017, que em vez de encarar o capitalismo como um monstro cujos pontos fracos deveriam ser localizados para poder combatê-lo, tratou de caracterizá-lo como um grande e poderoso muro com rachaduras, sendo que a tarefa neste caso seria a de desenvolver estratégias visando ampliar essas rachaduras para conseguir demoli-lo¹.

Esses espaços de debate e troca de ideias para o desenvolvimento de pensamentos críticos (que tem como motor o questionamento) e construção de práticas combativas são

chamados de “*semilleros*”, ou seja, são viveiros que germinam as sementes para a transformação da realidade. Assim, pode-se dizer que tão importante quanto os esforços para a construção da autonomia em seus territórios, a criação de oportunidades para a troca de saberes e identificação de pontos de intersecções na luta pela humanidade e contra o neoliberalismo junto a outras pessoas e coletivos, seja em nível local ou internacional, possui papel central na dinâmica de funcionamento do zapatismo.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) na cidade de Campinas, importante centro urbano do estado de São Paulo. Um grupo de militantes do MST que havia se somado a uma ocupação de um terreno na cidade se viu na necessidade de articular questões específicas dos trabalhadores urbanos. Um grupo de trabalhadores passa a compor a ocupação, chamada de “parque Oziel”, em homenagem a um menino morto pela polícia no “massacre de Eldorado dos Carajás”, em 1996, no estado do Pará. Naquele momento nascente, o MTST era confrontado com três aspectos do contexto de neoliberalismo no Brasil, que impunham reformulações em relação à atuação política de mais de uma década do MST, segundo Goulart (2011, p.3)

[...] à mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Por fim, uma classe que passa a se ver apartada de sua direção histórica, o PT [Partido dos Trabalhadores] e a CUT [Central Única dos Trabalhadores] [...].

A ocupação “Parque Oziel” em Campinas cresceu rapidamente, com a presença maciça de trabalhadores urbanos precarizados que não tinham acesso à moradia. Muitas dificuldades se colocaram para esses trabalhadores, bem como para os militantes do MST que lá estavam presentes, que não estavam acostumados com as relações específicas de grandes centros urbanos, como, por exemplo: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio urbano” (BENOIT, 2002, p. 141). E essa complexa realidade urbana viria a se apresentar para o movimento em várias outras ocupações pelo estado de São Paulo, ainda no ano de 1997, em um

momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) perseguia diversos movimentos sociais e em que o crime organizado crescia exponencialmente nas periferias urbanas (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p.21).

A atuação do MTST, efetivamente, foi se constituindo na luta pela conquista de moradias da forma mais célere possível, especificamente a inserção do movimento em programas habitacionais. Na maioria das vezes em que as ocupações são vitoriosas, as moradias são construídas em outra região da cidade, não no terreno em que a ocupação se desenrolou. No caso do Parque Oziel, o que foi colocado à prova foi a forma de organização política de muitos militantes do MST em um contexto urbano. A grande maioria das famílias que se estabeleceu na ocupação não tinha condições de pagar aluguel, e não conseguia atender às exigências de renda para se inserir em programas habitacionais. A realidade da luta por moradia nas cidades despontava, então, como problema principal também para esse grupo de militantes do MST.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por um profundo ajuste fiscal no país, que fez com que os investimentos em políticas públicas recuassem fortemente, incluindo as políticas urbanas (MARICATO, 2015). O programa que tratamos no item anterior – Minha Casa, Minha Vida (MCMV) – e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançados durante o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), marcaram a volta dos investimentos federais em políticas urbanas. Nesse contexto, alguns capitais tomam o comando das cidades, concomitante ao enfraquecimento de grande parte dos movimentos que haviam construído uma agenda de reforma urbana para o país nas décadas anteriores (Idem).

Muitos movimentos de moradia podem ser considerados, eles próprios, frutos da chamada “cidade neoliberal”, pois foram forjados nesse contexto e suas reivindicações estão inseridas até hoje nesse cenário (CASSAB, 2004; HIRATA, 2010; LORENA, 2012; COSTA, 2013). A moradia é a trincheira política de atuação principal do MTST, pois a falta dela é um dos principais reflexos desse modelo de cidade, e incide diretamente sobre a população trabalhadora mais pobre. O movimento Muitos movimentos de moradia podem ser considerados, eles próprios, frutos da chamada “cidade neoliberal”, pois foram forjados nesse contexto e suas reivindicações estão inseridas até hoje nesse cenário (CASSAB, 2004; HIRATA, 2010; LORENA, 2012; COSTA, 2013). A moradia é a trincheira política de atuação principal do MTST, pois a falta dela é um dos principais reflexos desse modelo de cidade, e incide diretamente sobre a população trabalhadora mais pobre. O movimento procura sempre estar atento às causas estruturantes da falta de

moradia para os trabalhadores urbanos, como a especulação financeira e imobiliária, a venda de terras públicas para grandes grupos, dentre outras.

O cenário socioeconômico neoliberal em que o MTST e o movimento zapatista foram forjados impôs novas formas de enfrentamento em relação ao Estado e ao poder econômico, o que fez com que os movimentos assumissem uma postura nitidamente radicalizada em seus processos de luta. Diferentemente dos movimentos sindicais e de outros movimentos sociais, que se centram em questões específicas, como educação, saúde, transporte e inclusive a moradia por exemplo, os movimentos se propõem a uma luta política mais ampla inserida no contexto neoliberal, com um programa de transformações sociais abrangente, incorporando outros temas em suas reivindicações, como transporte, segurança pública, dentre outros.

Inserir-se nos territórios significa entrar em conflito com o modo como eles vêm se organizando no capitalismo; dessa forma, as inserções dos movimentos em suas regiões leva em consideração as características locais, suas peculiaridades, a configuração do trabalho na região etc. Membros da coordenação estadual do MTST por exemplo sempre fazem um estudo prévio para identificar o melhor lugar para se iniciar uma ocupação, a partir do levantamento de terrenos que não cumprem sua função social, estejam próximos a grandes vias públicas e apresentem outras características relevantes, inclusive fazendo visitas prévias aos mesmos.

Boulos (2012, p. 59-62) destaca que os sem-teto, quando realizam uma ocupação, têm a primeira intenção de construir casas para quem precisa, mas acabam por construir outras coisas também. Mesmo quando a casa não vem, há outras conquistas muito importantes, que marcam a vida de quem participou daquele momento:

A vivência coletiva numa ocupação organizada, as formas novas de apropriação do território e o engajamento nas decisões e mobilizações necessárias à conquista da moradia fazem das ocupações um espaço de enfrentamento à lógica da Cidade do Capital (...). As ocupações organizadas por movimentos populares, além de serem resultado da falta de alternativa de moradia, trazem muitas vezes valiosas lições para uma nova lógica de organização do território urbano. Muitas das experiências mais interessantes de questionamento à segregação e irracionalidade da cidade do capital foram e são produzidas nas ocupações.

(...) elas mostram que a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz. E apontam para a perspectiva de uma nova lógica de organização do território, definida pelo interesse coletivo da maioria e não pela sede de lucros dos especuladores e empreiteiros

Metodologia

A metodologia da pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico e em pesquisa de campo nos espaços dos dois movimentos, com consequente comparação entre os casos. A emergência pública do movimento zapatista e do MTST ocorreu na década de 1990, período de expansão do neoliberalismo em escala mundial (e particularmente na América Latina) e poucos anos após o fim da União Soviética e a “queda do muro de Berlim”. Ou seja, eles surgem num momento ímpar, onde, por um lado, estão feridas de morte as manifestações hegemônicas da esquerda no século XX (a social-democracia e a alternativa do “socialismo real”) e, por outro, vê-se o avanço de um novo modelo de acumulação do capitalismo tardio, o neoliberalismo.

Aguirre Rojas (2019) considera que o zapatismo carrega os pressupostos de uma modernidade alternativa, gestada como uma estrutura de longa duração que configura uma autêntica modernidade de resistência. Isso não é algo exclusivo do movimento zapatista, podendo ser encontrado em diversos territórios na América Latina, e está vinculado à história de povos que resistem à imposição do projeto de modernidade europeia a partir de um tenaz luta e rebeldia popular de longa duração por meio da qual retributam alguns elementos dessa modernidade para mesclá-los e sintetizá-los como elementos de sua própria identidade (AGUIRRE ROJAS, 2019). Esse processo acaba gerando, segundo Aguirre Rojas, uma verdadeira e original modernidade de resistência à modernidade puramente europeia.

Esse modelo padronizado de “modernidade europeia”, baseado nas principais cidades do continente encontra na América Latina muitos bairros periféricos, que enfrentam ainda diversas dificuldades estruturais, como falta de escolas, postos de saúde, transporte coletivo, segurança, áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto, entre outros. O MTST atua constantemente, junto às populações locais, para enfrentar também essas demandas frente ao poder público e à sociedade de forma geral. As comunidades indígenas mexicanas (como ocorre em todo o continente), do mesmo modo, também sofrem com dificuldades estruturais que estão presentes desde o início do processo de colonização. Além da permanente precariedade de serviços sociais básicos e ameaça da ocorrência de epidemias que ceifam a vida de um grande número de crianças, os indígenas sofrem todo tipo de preconceito, sendo comumente considerados como cidadãos de segunda categoria, com suas culturas subjugadas e sua autonomia constantemente afrontada em nome de um suposto “progresso”.

Tanto o MTST como o zapatismo apresentam um programa político de atuação no qual defendem reformas estruturais, com o objetivo de resolver o conjunto de problemas criados pela sociedade capitalista, e postulam ideais de transformação da sociedade como um todo, a partir do enfrentamento de interesses em relação aos grandes proprietários particulares de terras e ao Estado. Em seus programas há aspectos históricos e estruturais do modelo de sociedade em que são forjados.

Os movimentos têm procurado responder ao desafio de construir programas políticos amplos a partir da atuação junto a uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e carente de direitos sociais. Segundo Braga (2006, p.137), foi durante a década de 1990 que um novo regime de acumulação mais ou menos coerente conseguiu se estruturar no Brasil e ganhar contornos claros nas dinâmicas das cidades, acentuar o processo de precarização do trabalho marcante nas últimas décadas e consolidar a retirada de direitos sociais.

Referencial teórico

O MTST e o zapatismo vão se estruturando historicamente tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do território em que os setores mais precarizados da classe trabalhadora vivem na América Latina. Benoit (2002) aponta que nos anos 1990 os sindicatos começavam a perder força como principal instância de organização política de setores que se precarizavam. O crescimento das cidades gerava novas demandas para a organização política desses grupos, por isso os territórios passam a ser os espaços urbanos, por excelência, de onde emergiam novas formas de agrupamentos políticos. E não mais a atuação sindical, já muito restrita aos espaços de trabalho pela dificuldade de ampliar sua ação em diversas localidades da cidade. O sindicato vai perdendo a referência como instrumento de organização política da classe trabalhadora na realidade urbana, ao passo que o território vai emergindo como categoria fundamental ligada à organização política.

No caso do zapatismo, seu principal programa político é a construção da autonomia. Para conseguir iniciar este processo, primeiro foi necessário proceder com a recuperação da terra, que para as comunidades tradicionais representa tanto os meios de produção e reprodução da vida, como o espaço de suas manifestações culturais. A partir do controle territorial, que contou e conta com o suporte do EZLN, as comunidades

buscam exercer a construção de um autogoverno gerido a partir de suas características e valores próprios, por meio da criação e recriação de novas formas de organização política dessas comunidades, tendo sempre as assembleias como o eixo decisório central. Da mesma forma que se vislumbra na atuação do MTST, o território subsiste como categoria fundamental ligada à organização política dos zapatistas.

Resultados e discussão

Autonomia, portanto, é o cerne dos movimentos, que buscam criar novas formas de exercer o poder político por meio do princípio de “mandar obedecendo”. Relacionado com obediência, o exercício do poder favorece o coletivismo e a cooperação, diferentemente da matriz ocidental moderna, cuja fratura na totalidade do fazer divide o corpo social de tal modo que o individualismo e a competição se tornam condições imanes da vida comunitária.

No que diz respeito à organização política, os dois movimentos, cada um a seu modo e adaptado à realidade na qual está inserido, buscam meios de construir relações decisórias mais horizontalizadas, mediante as quais decidem como querem viver. Tal como Rojas (2013) procurou caracterizar os movimentos sociais atuais, para o zapatismo e o MTST os objetivos imediatos e os finais deixaram de estar separados no tempo e de serem concebidos como momentos diferentes e sucessivos para serem assumidos como objetivos que estão integrados e interconectados com o dever de começar a serem cumpridos, ambos, de imediato, “aqui e agora”.

Os movimentos tampouco apresentam uma forma estática de luta, suas estratégias são variadas e modificadas ao longo do tempo, moldando-se em diferentes contextos e conforme deliberação coletiva de seus membros - os caminhos vão sendo definidos durante o próprio ato de caminhar. Outra característica que os diferencia de movimentos sociais que predominaram anteriormente, é o fato de não terem a intenção de serem “bandeiras”, ou seja, não faz parte do escopo atuar como um movimento de vanguarda, algo a ser seguido e/ou reproduzido.

Considerações finais

Os dois movimentos citados, zapatista e dos trabalhadores sem teto, além de terem surgido em contextos histórico e territorial semelhantes – atual fase de acumulação capitalista com avanço da ideologia neoliberal na América Latina –, apresentam outras semelhanças importantes, como a busca por relações mais horizontalizadas e formação social de suas bases composta por sujeitos distintos daqueles concebidos como protagonistas na luta contra o capitalismo nos séculos XIX e XX. Estes movimentos buscam construir nos territórios de atuação a sociedade que almejam alcançar no futuro, isto é, engendram formas de organização alicerçadas nos princípios e valores que defendem, tais como: relações baseadas na igualdade de gênero e não discriminatórias, cuidado com o meio ambiente, fomento ao trabalho coletivo etc.

Contra o discurso neoliberal de que não existem alternativas, estes movimentos buscam mostrar, na prática, que outro mundo é possível. Um inimigo tão poderoso como o capitalismo exige união, não em torno de um único programa político ou modelo de sociedade, pelo contrário, deve existir desde o primeiro momento a partir de vários modelos, articulados em rede e celebrando a diversidade, mas, como defende o movimento zapatista, dentro dos valores fundamentais de democracia, liberdade e justiça.

Os movimentos não têm uma forma estática de luta, outrossim um repertório variado de ações a partir da organização autônoma dos trabalhadores, sempre levando em consideração uma metodologia de ação que articula trabalho de base e a dimensão territorial no espaço.

No caso do MTST, a ocupação organizada constrói uma experiência de ação coletiva dos trabalhadores. Tanto a vitória, quanto a derrota da ocupação se ocorrerem, será de todos. Esta situação, que é própria a qualquer atuação coletiva (uma greve, por exemplo) proporciona experiências extremamente valiosas de organização” (BOULOS, pp. 63-64).

O líder do MTST também destaca que as mobilizações externas são fundamentais para que uma ocupação perdure. Os interesses enfrentados costumam ser muito poderosos, o que torna necessário um conjunto de ações a partir da ocupação, como marchas, acampamento em prédios públicos, travamento e outros. Mais uma vez o caráter formativo é destacado: “Nestas ações, os trabalhadores sem-teto vão aprendendo a valiosa antiga lição de que não dependem de ninguém, a não ser de sua própria luta, para mudar a vida e conquistar seus direitos” (BOULOS, 2012, p.65).

Para os dois movimentos, é um aprendizado que continua, independente da trajetória que os militantes venham a seguir. Torna-se parte da sabedoria popular, a ser utilizado sempre que necessário. Não são poucos os casos que conhecemos de participantes de movimentos sociais que saíram das fileiras políticas dos mesmos, mas se tornaram referência em suas comunidades e organizam por própria conta mobilizações por melhores condições de vida. Ao tornarem-se parte ativa, unidos a outros companheiros pelo mesmo interesse coletivo muitos militantes desenvolvem uma nova visão das relações sociais e políticas em que estão inseridos, passando a atuar de modo mais crítico e ativo no conjunto de sua vida. Produto da necessidade e da falta de alternativas, a inserção em movimentos como o MTST e o zapatismo podem tornar-se uma escola de luta, um despertar para muitos sujeitos tratados pelo capitalismo à ferro e fogo nas periferias.

Tanto o MTST como o movimento zapatista se inserem em uma perspectiva de atuação política que se diferencia, em muitos aspectos, da atuação de movimentos e partidos tradicionais. Eles procuram ampliar um caráter plural de ação política, em acordo com sua base social, que também é plural. A forma política da "vanguarda", como descrita e defendida por Lênin (2015), consolidada nos partidos de esquerda durante o século XX, e em muitos movimentos sociais, é questionada pelos novos movimentos sociais em sua atuação cotidiana. Ainda que os movimentos contem com instâncias de direção política, suas decisões se dão em assembleias, como citado anteriormente, e são radicalmente democráticas, muito mais próximas das formulações políticas auto gestionárias

Referências

AGUIRRE ROJAS, C. A. *ANTIMANUAL DEL BUEN REBELDE* – Guía de la Contrapolítica para Subalternos, Anticapitalistas y Antisistémicos. Ciudad de México, Ed. Contrahistorias, 2013.

_____. *Mandar obedecendo: As lições políticas do neozapatismo mexicano*. São Paulo, Editora Entremares, 2019.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. Scortecci Editora. São Paulo: 2012.

CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005), disponível em ww.mtst.org.br, acesso em 22/05/2022.

GOULART, Debora. *Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo*, Sumaré: Cadernos Cemop, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch, *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

ORNELAS, R. *A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. En publicación: Hegemonias e emancipações no século XXI*.

CECEÑA, A. E. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf Acessado em 28 de julho de 2016.

ORTIZ, P. H. F. (2005). *Das Montanhas Mexicanas ao ciberespaço*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300012. Acessado em 03 de julho de 2016.

Outras Palavras (06/05/2014). *Immanuel Wallerstein “O sentido histórico da revolta zapatista”*. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/wallerstein-o-sentido-historico-da-revolta-zapatista/>. Acessado em 15 de agosto de 2016.